



Câmara Cidadã



Informativo Mensal da Câmara Municipal de Iúna

Iúna/ES, maio de 2015 | Ano III | Número 29

Vereadores analisam gastos com pessoal e rejeitam projetos

Com base no índice do último quadrimestre de 2014, que está em 53,35%, Câmara não aprova projeto que oneraria ainda mais a folha de pessoal

Há meses, o índice de gastos com folha de pagamento de servidores da administração municipal, que está acima do limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é tema de discussões na Câmara de Iúna. No último quadrimestre de 2014, o percentual encontrava-se em 53,35% sendo o limite prudencial de 51,3%.

Com base nesses dados, grande parte dos vereadores tem analisado e rejeitado projetos do Executivo que tratam de aumento de gastos com pessoal, como

aconteceu na sessão do dia 28 de abril, quando foi colocado em votação, e rejeitado por não ter maioria absoluta de votos favoráveis, o projeto de Lei Nº 003/2015. A proposta alteraria o dispositivo do Plano de Cargos e Carreira ao aumentar a carga horária dos técnicos pedagógicos, de 25 para 40 horas semanais, e criaria bônus-assiduidade para professores.

O Presidente da Câmara, Marquinho da Saúde, embora favorável ao projeto, reforçou que falta planejamento na gestão. “A

administração não faz um planejamento. Há meses foi feito um projeto de criação de cargos e não levaram o índice da folha de pessoal em conta. Hoje, é a educação que está sendo prejudicada”, analisou.

O referido projeto também obtive parecer contrário da Procuradoria da Câmara e das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças Orçamentos, Obras e Serviços Públicos.

Durante seus discursos, os vereadores comentaram que são a favor de iniciativas de valorização dos profissionais da educação, mas deveriam analisar e votar o projeto, levando em conta a função de fiscalização quanto aos gastos públicos, e de acordo com a legislação.

“Sei que é um momento de necessidade em se aprovar esse projeto, mas não posso desobedecer a legislação maior, que é a Lei de Responsabilidade Fis-

cal, a Lei Complementar nº 101, que trata do índice da folha de pagamento, que está alta no município. Assim, é vedado a criação de cargo e alteração de estrutura de carreira, como trata esse projeto”, analisou o vereador Jonildo de Castro Muzi, que também é contador da Prefeitura Municipal, e votou contrário ao projeto.

Favorável ao projeto, o vereador José Saloto comentou que a iniciativa não aumentaria despesas no orçamento. “O relatório da administração comprova que não haverá aumento de despesa. Por isso, considero o princípio da razoabilidade. O projeto é constitucional”, avaliou.



O vereador Jonildo, assim como outros parlamentares, aponta para necessidade de se cumprir a legislação

O vereador Expedito Vieira de Andrade Filho, professor do município, concordou que é prudencial seguir a legislação. “A gente sabe que o projeto é bom e que o município precisa, mas fizemos um juramento que seríamos os fiscais do município, principalmente no que se refere às leis e às contas da administração. Então, mesmo que meu coração diga que precisamos, a razão e a Lei mostram que temos que ter responsabilidade. A administração tem que economizar”, explicou.



O Presidente da Câmara, José Marcos de Moraes, apesar de favorável ao projeto, ressaltou a falta de planejamento na gestão

Comissão Especial vai analisar e fiscalizar loteamentos do município

Fazem parte da Comissão os vereadores Rogério César, José Saloto Sobrinho e Paulo Henrique Leocádio da Silva



Com o objetivo de analisar e fiscalizar os projetos de loteamentos que estão sendo planejados para o município, a Câmara Municipal aprovou a criação de uma Comissão Especial para realizar esses trabalhos. Fazem parte da Comissão os vereadores Rogério César, Paulo Henrique Leocádio da Silva e José Saloto Sobrinho.

problemas com loteamentos embargados e sem solução pra quem quer regularizar. Essa Comissão vai ajudar na discussão sobre a resolução desses problemas”, comentou o vereador José Saloto Sobrinho.

A Comissão Especial terá um prazo de 90 dias para a realização dos trabalhos, podendo ser prorrogável por igual período, se necessário.

“Há mais de 15 anos temos

Professores eventuais

O projeto Nº 004/2015 que trata da contratação de professores eventuais para a rede municipal de ensino foi arquivado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. A proposta também havia re-

cebido parecer contrário da Procuradoria da Câmara por estar em desacordo à Lei de Responsabilidade Fiscal, gerando discussões sobre o mesmo prisma que o projeto anterior, uma vez que gera despesa com pessoal.

Revisão salarial em atraso



O parlamentar Jonildo de Castro Muzi, que também é contador da Prefeitura Municipal, comentou ainda que, além desses gastos, ainda está em atraso o pagamento retroativo da revisão dos salários dos servidores.

“Hoje, o índice com pessoal estaria ainda acima de 54% se a gestão municipal estivesse pagando a revisão salarial anual, referente a janeiro e fevereiro, aprovada em Lei, e que está atrasada”, comentou o vereador.

Câmara Hoje

MESA DIRETORA

PRESIDENTE José Marcos de Moraes (PRB) • VICE-PRESIDENTE Adriano Salviete da Silva (PMDB) • SECRETÁRIO Jonathan Bonfante Moreira (PTB)

VEREADORES

Adriano Salviete da Silva (adriano@camaraiuna.es.gov.br) • Expedito Vieira de Andrade Filho (expedito@camaraiuna.es.gov.br) • João Batista Ribeiro (joao.ribeiro@camaraiuna.es.gov.br) • Joceni Rocha Martins (Cabo Joceni) (joceni@camaraiuna.es.gov.br) • Jonathan Bonfante Moreira (jonathan@camaraiuna.es.gov.br) • Jonildo de Castro Muzi (jonildo@camaraiuna.es.gov.br) • José Marcos de Moraes (marquinho@camaraiuna.es.gov.br) • José Saloto Sobrinho (saloto@camaraiuna.es.gov.br) • Júlio Maria de Oliveira (juliomaria@camaraiuna.es.gov.br) • Paulo Henrique Leocádio da Silva (paulinho@camaraiuna.es.gov.br) • Rogério César (rogerinho@camaraiuna.es.gov.br)

Jornal Câmara Cidadã

Informativo mensal das ações da Câmara Municipal de Iúna • COORDENAÇÃO IMPACTMIDIA Publicidade e Assessoria –

DIRETOR Alcino Junior • REDAÇÃO E EDIÇÃO Sílvia Goulart (MTB 01452/JP) • PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E FINALIZAÇÃO André Lobo •

FOTOS IMPACTMIDIA • TIRAGEM 1.000 exemplares



Calendário das sessões

08 de junho (segunda-feira)

18 de junho (quinta-feira)

29 de junho (segunda-feira)

CÂMARA MUNICIPAL DE IÚNA

Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 124, 1º andar, Centro, Iúna/ES, CEP 29.390-000

TELEFONE (28) 3545-1458 • FAX (28) 3545-1996

EMAIL faleconosco@camaraiuna.es.gov.br

ACESSE www.camaraiuna.es.gov.br

facebook.com/camaradeiuna

Licenciamento ambiental: vereadores discutem viabilidade

maio de 2015



A convite da Câmara, a coordenadora de Gestão Ambiental do lema, Maria Aparecida Sodré, tirou dúvidas dos parlamentares durante sabatina

Desde outubro do ano passado, a Câmara de Lúna vem realizando importantes debates acerca do processo de municipalização da emissão de licença ambiental para empreendimentos e atividades que possam causar impactos ambientais, até então realizada pelo Estado, por meio do lema – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Para obterem mais informações, no dia 18 de maio, os parlamentares receberam a visita da coordenadora de Gestão Ambiental do lema, Maria Aparecida Sodré, que tirou dúvidas sobre o processo de licenciamento.

Durante a participação da coor-

denadora na Tribuna Livre, os vereadores puderam tirar dúvidas sobre os requisitos básicos para a implantação do licenciamento pelo Poder Executivo, assim como os pontos positivos e negativos dessa iniciativa. Atualmente, 25 municípios capixabas conseguiram municipalizar o serviço.

“É uma conversa longa, de tempo, de adequações. Em São Mateus, por exemplo, demorou quatro anos para se municipalizar. A primeira coisa é o município criar taxa para o serviço e construir a base legal, assim como criar um código de Meio Ambiente. E um dos principais problemas para implantar o serviço é a falta de cor-

po técnico. Não adianta criar a Lei e a taxa se não tem gente de fato pra fazer o serviço acontecer”, explicou Maria Aparecida.

Durante a sabatina, os vereadores Jonildo de Castro Muzi, Paulo Henrique Leocádio da Silva, João Batista Ribeiro, Rogério César e Expedito Andrade Vieira Filho questionaram sobre temas relacionados ao controle e à gestão da secretaria de Meio Ambiente.

De acordo com a coordenadora do lema, primeiramente, é necessário que se tenha uma equipe composta por engenheiro, técnicos e fiscais, para que possam

avaliar, emitir laudos e fiscalizar os empreendimentos, que vão desde a avaliação de obras como construção de praças, quadras e escolas, até postos de gasolina, secadores de café e indústrias.

“Vai depender do que o município vai licenciar. Com o corpo técnico atual, a Prefeitura deverá providenciar um engenheiro como responsável técnico. Não há como terceirizar serviços fins como esse. Também é fundamental o funcionamento efetivo de um Conselho de Meio Ambiente”, explicou Maria Aparecida.

Favoráveis ao atual projeto em

debate, os vereadores José Saloto, Jonathan Bonfante e Werverton da Silva Feitosa (Zizinho) perguntaram se as receitas provenientes das futuras taxas cobrem a atual estrutura da secretaria de Meio Ambiente e se a mesma está pronta para iniciar o serviço.

“Não há relatos de que as taxas cobradas atualmente cobrem os custos. São muitos pontos positivos e negativos, mas o bônus é que o município poderá controlar os impactos do crescimento e da implantação de empreendimentos, assim como de atratividade para novos investimentos”, completou a coordenadora do lema.



O QUE É LICENCIAMENTO AMBIENTAL?

É um procedimento técnico-administrativo destinado a estabelecer as condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem obedecidas pelo empreendedor para localização,

instalação, operação, ampliação física ou de atividade, modificação durante a obra, reforma, recuperação e desativação das atividades ou empreendimentos potencial ou efetivamente causadores de danos ao meio ambiente.



Pesquisa em Muniz Freire

Como forma de buscar mais informações de municípios que implantaram o serviço de emissão de licença ambiental, os vereadores, João Batista Ribeiro, Rogério César, Expedito Vieira de Andrade Filho, Jonildo de Castro Muzi e Paulo Henrique Leocádio da Silva receberam, no último dia 08 de maio, o secretário interino de Agricultura e Recursos Hídricos de Muniz Freire, Christian Garcia, para uma reunião so-

bre o tema, na Câmara de Lúna.

Durante a conversa, o secretário comentou que foi criada a secretaria de Meio Ambiente no município que conta com uma equipe de oito servidores, entre técnicos em gestão ambiental que eram da pasta da Agricultura, fiscal ambiental, agentes de educação ambiental e advogado especializado na área.

“Ele nos informou que a arrecar-

dação da secretaria não supre os gastos com o pessoal e que lá está dando certo porque os servidores da pasta já eram concursados e foram remanejados. Agora, sabemos que com aquela estrutura, que é bem montada, o serviço funciona, diferente do que temos aqui em Lúna”, comentou o vereador Rogério César.

“No caso da municipalização do licenciamento ambiental em Muniz Freire, foram anos de plane-

jamento pela administração para se chegar a atual estrutura, o que

gerou esse resultado”, disse o vereador Expedito Vieira.



Comandante do 14º Batalhão participará da Tribuna Livre

O Tenente Coronel Danilo Barcellos do Rosário Júnior participará da sessão do dia 28 de maio para falar sobre segurança e futura sede do Batalhão



Tema de constantes requerimentos dos vereadores, o aumento de casos de furtos e roubos e da segurança do iunense em geral será pauta do pronunciamento do Comandante do 14º Batalhão da Polícia Militar, Tenente Coronel

Danilo Barcellos do Rosário Júnior na Tribuna Livre da Câmara, durante a sessão do dia 28 de maio.

Tanto a solicitação de aumento de contingente militar em Iúna quanto a apresentação de um

local no município para a construção da nova sede do Batalhão já foram temas de reunião entre representantes da PM e autoridades municipais, dentre estas o Presidente da Câmara, Marquinho da Saúde, em meados de abril.

“Nós apresentamos nossas demandas e oferecemos propostas para que a polícia Militar possa estudar a possibilidade de trazer a sede do 14º Batalhão para Iúna. Colocamos esta Casa de Leis à disposição para continuarmos as análises”, comentou o Presidente Marquinho da Saúde.

Acompanhando debates do Terceiro Setor

Para acompanhar a legislação referente aos repasses de recursos públicos para instituições do terceiro setor, o vereador Expedito Vieira de Andrade Filho e o Controlador da Câmara, Marco Antônio Sonsim de Oliveira, participaram do II Congresso Brasileiro de Direito do Terceiro Setor, entre os dias 13 e 14 de abril, em Goiânia.

O evento reuniu juristas, administradores públicos e

privados, além de gestores de entidades do terceiro setor, para uma avaliação abrangente da disciplina atual das entidades privadas de fins públicos no Brasil e dos instrumentos de parceria e fomento existentes.

“É um debate importante, em especial diante da edição da Lei Federal 13.019/2014, que entrará em vigor em 31 de julho

de 2015, e que deverá alterar o funcionamento das parcerias de mútua colaboração, envolvendo o Estado e os municípios e as organizações da sociedade civil que recebem recursos dos cofres públicos”, comentou o vereador Expedito.



Juíza concede liminar para designar delegado

A juíza Graciela de Rezende Henriquez, que está respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Iúna, deferiu liminar a pedido do Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e que obriga o Estado do Espírito Santo a lotar na Delegacia de Polícia Civil da cidade um delegado e quatro agentes de polícia até o dia 14 de junho deste ano, data do término do Curso de Formação Profissional para Delegado de Polícia Civil do Espírito Santo (turma formada por 23 delegados), sob pena de multa diária em R\$ 10 mil.

Atualmente, a Delegacia de Iúna funciona com apenas uma escrivã e quatro investigadores. Fato que, de acordo com as alegações do MPES, torna nula a capacidade de investigação na Comarca de Iúna.

Consta no processo que a falta de força de trabalho em Iúna resulta em mais de quatrocentos inquéritos aguardando na delegacia local. Para embasar a sentença, consta ainda nos autos que os municípios que com-

põem a Comarca de Iúna estão situados na microrregião do Caparaó, e abrigam uma população aproximada de 40 mil habitantes. Em busca realizada no sistema E-Jud, descobriu-se que a Comarca de Iúna possui oito mil processos em tramitação.

Na sentença, a juíza afirmou que já foram adotadas diversas medidas administrativas para solucionar o problema. Vários ofícios foram encaminhados ao Delegado Chefe de Polícia Civil/ES, ao Secretário de Segurança Pública e ao Procurador Geral do Estado. Contudo, conforme é destacado nos autos, todos os ofícios foram desconsiderados pelas autoridades competentes.

Com base no ordenamento jurídico que atribui ao Estado o dever de prestar segurança pública aos cidadãos, a magistrada concluiu que o Estado do Espírito Santo, ao não fornecer os recursos pessoais necessários e indispensáveis à atividade de segurança pública, tem violado preceito legal e constitucional.

Para atender às demandas da população, vereadores encaminharam indicações de serviços, requerimentos e projetos de lei aos diversos órgãos da administração municipal e estadual durante as últimas sessões. Confira:



João Batista Ribeiro
PDT- joao.ribeiro@camaraiuna.es.gov.br

► **Instalação de uma extensão de rede elétrica com iluminação pública na Avenida Professor**

Amphilóphio de Oliveira, com início no Parque Industrial “Ronaldo Ambrósio Rodrigues” até depois

do local denominado “Matinha”.

► **Solicita designação de Garis para efetuar a limpeza urbana da localidade de Laranja da Terra**, em atenção a pedidos dos moradores.

► **Aquisição de uma área de terras na localidade de Laranja da Terra**, com a finalidade de construir campo de futebol para a comunidade.

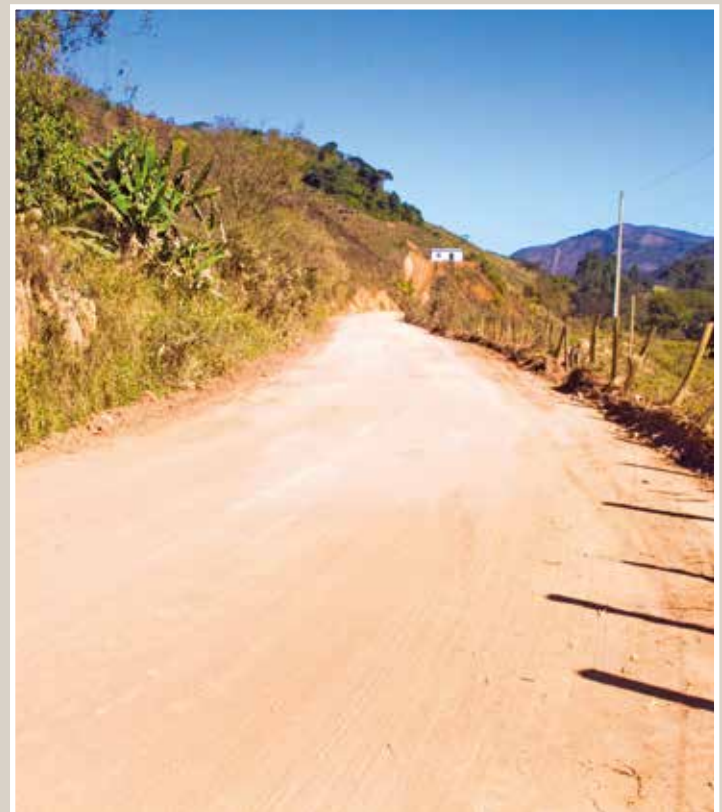
► **Solicita patrolamento e ensaibramento das estradas da localidade de Laranja da Terra**, para beneficiar trânsito de veículos do transporte escolar.



Joceni Rocha Martins (Cabo Joceni)
PMDB- joceni@camaraiuna.es.gov.br

► **Solicita serviços de patrolamento e ensaibramento** da

estrada principal da comunidade denominada Terra Corrida.



Paulo Henrique Leocádio da Silva
PMDB- paulinho@camaraiuna.es.gov.br

► **Solicita efetuar poda das árvores ao longo de todo o calçadão da Beira Rio**, para melhorar a iluminação e a segurança no local.



Jonathan Bonfante
PTB- jonathan@camaraiuna.es.gov.br

► **Solicita construção de um bueiro na estrada que dá acesso ao despoldador de café localizado na fazenda Barra da Perdição**, visando o transporte da safra cafeeira que se aproxima.



Telefones Úteis

EMERGÊNCIA Santa Casa de Iúna (28) 3545-1170 • Posto de saúde (28) 3545-1162 e 1755 • Polícia Militar (28) 3545-1022 • Delegacia de polícia 147 • Disque Denúncia 181 • **SERVIÇOS** Cesan (28) 3545-1236 • EDP Escelsa 0800 721 0707 • Oi (Telemar) 103 31 • **ÓRGÃOS PÚBLICOS** Prefeitura Municipal de Iúna (28) 3545-1322 • Gabinete do Prefeito (28) 3545-3139 • CRAS (28) 3545-1292 • Conselho Tutelar (28) 3545-1191 • Cartório Eleitoral (28) 3545-1228 • Ministério Público (28) 3545-1299 • Fórum de Iúna (28) 3545-1070 • IDAF (28) 3545-1988 • Incaper (28) 3545-1247 • Ciretran (28) 3545-1015 • Câmara Municipal (28) 3545-1458

Vereadores acompanham debates sobre planos e políticas educacionais

Foi realizado em Iúna o 10º Encontro Estadual da União dos Conselhos Municipais de Educação do ES, que discutiu os Planos Municipais de Educação

Entre os dias 13 e 15 de maio, Iúna foi palco do 10º Encontro Estadual da União dos Conselhos Municipais de Educação do Espírito Santo - UNCME/ES, no Giná-

sio Poliesportivo Prefeito Romeu Rios. Foi a primeira vez que o município recebeu o evento, que reuniu conselheiros de educação do Estado para discutir, por meio

de palestras e mesas redondas, os desafios na implementação de Políticas Educacionais.

Os vereadores Exedito Vieira de Andrade Filho, Jonildo de Castro Muzi e José Saloto acompanharam a palestra de abertura do evento, na noite do dia 13 de maio.

O encontro foi realizado pela UNCME em parceria com o Conselho Municipal de Educação de Iúna, com apoio da Prefeitura Municipal e da Câmara de Iúna.

“O evento foi muito importante para que conselheiros do Esta-

do pudessem discutir as mudanças para a Educação, e o que pode ser feito para melhorar esse cenário, principalmente a qualidade da educação dos brasileiros como um todo. E os conselhos são muito importantes, pois lutam por isso, mesmo diante das dificuldades, da falta de apoio. Parabêniso, em especial, o Conselho de Educação de Iúna, que produz muito e é bastante atuante”, comentou o vereador Exedito Vieira de Andrade Filho, durante discurso na abertura do evento.

O Encontro Estadual contou com mesas de debates sobre Educação Especial, Formação e Valori-

zação de Profissionais, além de apresentações culturais.

“O município foi sede desse importante espaço de discussão, onde também abordamos o Plano Municipal de Educação, que é o que trabalhamos atualmente. Esse plano é para o próximo decênio, então são os compromissos que o município faz com relação à ampliação de ofertas, financiamento de educação, atuação do próprio conselho nas tomadas de decisões, entre outros assuntos que serão discutidos”, explicou o Presidente do Conselho Municipal de Educação, Luciano Dutra Ferreira.



Cadastro Ambiental Rural é prorrogado até maio de 2016

O governo federal estendeu até maio de 2016 o prazo para a inclusão de imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O prazo terminaria no dia 6 de maio deste ano. A inscrição no cadastro é obrigatória para todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados.

A inscrição é condição necessária para que os imóveis façam parte do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Isso dará início ao processo de recu-

peração ambiental de áreas degradadas dentro dos terrenos, conforme prevê a Lei 12.651, de 2012, a chamada Lei Florestal.

O produtor que não estiver cadastrado não terá acesso a políticas públicas, como crédito rural, linhas de financiamento e isenção de impostos para insumos e equipamentos.

O CAR serve como um banco de informações sobre os imóveis rurais. O cadastro reúne dados como a delimitação das áreas de proteção,

reserva legal, área rural consolidada e áreas de interesse social e de utilidade pública. Além de ser responsável pelo controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e da vegetação nativa do Brasil.

Até agora, 52, 8% da área total de 373 milhões de hectares passíveis de regularização ambiental está inscrita no sistema informatizado que dará início ao processo. Mais de 1,4 milhão de imóveis rurais



de todo o País se encontram dentro da Lei.

CADASTRO

O cadastro rural só pode ser feito pelo computador. O produtor entra na página do CAR

na internet e baixa o programa, em seguida o proprietário deve preencher dados pessoais e da propriedade e o próprio sistema fornece as imagens de satélite do imóvel rural.

Para mais informações acesse www.car.gov.br.